

Todos por Um,

A remuneração de parlamentares não tem qualquer relação direta com o trabalho de cada um, o esforço de todos ou o número de horas aplicadas. Eles são pagos como se ficassem de plantão por 24 horas à disposição da pátria. Se a importância fica insuficiente para as despesas, aumentam a remuneração.

Deputado ganha pouco ou gasta muito? Eis a questão política. Nada menos de 23 deputados estouraram o limite de cheque especial (R\$ 23.000) no Banco do Brasil, e 150 estão estacionados no vermelho. Questão pessoal ou de interesse público? Com senso de oportunidade, o presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, advertiu que "os deputados precisam controlar mais as suas despesas". Seria imprudência perguntar a opinião dos eleitores.

O presidente do Senado, José Sarney, também discorda da oportunidade. Só os que fazem do mandato um meio de vida — ou de enriquecimento pessoal — não atentam para a inconveniência da iniciativa de reivindicar melhor salário num momento em que a população aceita fazer sacrifícios e o governo institui a livre negociação salarial.

No fundo, os parlamentares estão se lixando para o que os cidadãos pensam deles. Sabem que os contribuintes não os poupam. Dão o troco na mesma moeda. Antes de sair de férias, os mais desenvoltos colhiam nas últimas sessões do Congresso assinaturas no manifesto pedindo "melhores condições de trabalho". Melhores? Remuneração que independe de assiduidade e de horário é ideal. Enfim, o sindicalismo de luxo.

Manifesto de deputados e senadores, reivindicando salários, pode garantir ao Brasil lugar ao *Guinness book*. Quando nada, pela elementar razão de que a idéia de salário se vincula à prestação de serviço, mas representação política não é serviço. Antes de Brasília, o mandato parlamentar tinha ajuda de custo, para o representante custear a sua estada na capital durante o período legislativo, e o jeton pago com base no comparecimento às sessões. Simples e claro.

Em Brasília, o jeton ficou independente do comparecimento. Passou a ser parcela fixa e, em consequência, propiciou a debandada geral. O regime autoritário deu

uma contribuição valiosa: o Congresso foi mantido aberto por honra da firma, mas ficou a ver navios, sem ter o que fazer. Os governos militares deixaram os congressistas se servirem. Serviram-se fartamente de tudo a que não tinham direito.

Acabou o autoritarismo, a democracia foi recebida efusivamente, o voto direto se restabeleceu em todos os níveis, aconteceu a Constituição, sobreveio o *impeachment* presidencial, tivemos o espetáculo dos *anões* balançando nas cifras do Orçamento da União. Só agora, em 1995, um presidente da Câmara reverencia a opinião pública, restabelecendo o controle do comparecimento (e descontando as faltas injustificadas). O deputado Luís Eduardo Magalhães mostrou, em seis meses, que a eficiência parlamentar, sob mão firme, é perfeitamente possível. Conseguiu discutir e aprovar as reformas econômicas.

"Deputado também é povo", grita um deles, que pensa em causa própria com a cabeça de funcionário público. Esse filme é do tempo do cinema mudo. Políticos gostam é de privilégios. A primeira proposta fala de troca: os parlamentares abrem mão das mordomias para ficar com melhor remuneração. Um senador proclama "o fim dos penduricalhos", como se fossem desprezíveis o apartamento de graça, os R\$ 800 para as despesas de telefone, as quatro passagens aéreas por mês (ida e volta), a ajuda para o transporte, as despesas postais. Em tese, ninguém é contra, desde que não seja apenas um truque para ficar com tudo. As vantagens por fora do salário propriamente dito foram utilizadas no passado a título de evitar aumento. Agora, pela razão contrária, querem trocar as vantagens acumuladas pelo aumento. Quem garante que daqui a pouco não voltarão os penduricalhos?

A segunda hipótese é mais comprometedora e encontra resistência interna: a elevação da verba para R\$ 50 mil por ano para distribuir, a critério de cada um, entre auxiliares de gabinete de livre nomeação. Verba de gabinete, porém, acaba em nomeação de parentes. Fica tudo em família. Um gabinete dotado de verba fácil é uma incubadeira para a desova da parentela e o caminho mais curto para escândalos.